



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Criada pela Resolução N° 1090/2013 - Órgão Oficial de Publicação do Poder Legislativo de Sete Lagoas/MG

www.setelagoas.mg.leg.br

ANO I - N° 42 - Sete Lagoas, 28/01/2014

MESA DIRETORA (2013/2014)

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO DE SETE LAGOAS

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Sete Lagoas, (MG)

Criado pela Resolução nº 1090 de 18 de setembro de 2013.

Edição, impressão e disponibilização:

Secretaria Especial de Comunicação - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Secretaria Executiva - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Procuradoria Geral - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Av. Getúlio Vargas, nº 111 – Centro - Telefone: (31) 3779- 6333

Cópias do Diário do Legislativo podem ser obtidas no portal da Câmara Municipal

Acesso ao Diário Oficial: <http://setelagoas.mg.leg.br> - Autoridade Certificadora SERPRORFB

A Câmara Municipal, por meio da Secretaria Executiva, manterá no saguão da Casa Legislativa, por 30 (trinta) dias, e em arquivo próprio na Secretaria, para consulta, a via impressa do “Diário do Legislativo”.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2013 PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 129/2013 E PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2013

Em conformidade ao Edital de Audiência Pública nº 23/2013 publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo de Sete Lagoas nº 16 de 12/11/2013, e de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do art. 48, a Câmara Municipal de Sete Lagoas realizou no dia 27 de novembro de 2013, no Plenário Deputado Wilson Tanure, audiência pública visando a discussão do Projeto de Lei nº 129/2013 que “Aprova a Planta de Valores Genéricos do Município de Sete Lagoas para fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – para o exercício de 2014”, e o Projeto de Lei Complementar nº 009/2013 que “Dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal e estabelece Normas de Direito Tributário aplicável ao Município de Sete Lagoas”. Dando início à audiência, o cerimonial fez a abertura informando que as inscrições continuam abertas aos interessados em se manifestar. Na sequência, convidou para compor a mesa: o Presidente desta Casa Legislativa, Márcio Paulino da Silva Torres, os Vereadores Renato Gomes, Joaquim Gonzaga Barbosa, e Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento – membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas; os Srs. Oberdan José Garcia de Castro da Secretaria da Fazenda; e o Sr. Magno Abreu Machado – Procurador da Fazenda. Presentes também os Vereadores Dalton Antônio de Avelar Andrade, Marcelo Pires Rodrigues, Ismael Soares de Moura, Euro de Andrade Lanza, Marli Aparecida Barbosa, Cláudio Henrique Nacif Gonçalves, Gilberto Pereira da Silva, Milton Maurício Martins, João Evangelista Pereira de Sá, Jeferson Douglas Soares Estanislau, Alcides Longo de Barros. A Sra. Maria Helena da S. Machado da Secretaria de Assistência Social, a Sra. Quêlvia Maria Tavares Campolina Machado do Fórum Comunitário da Juventude, o Sr. Luiz Carlos Rodrigues de Oliveira do Gabinete do Prefeito. A ausência dos Vereadores Milton Luiz Saraiva e Décio Márcio Majela Abreu foram justificadas pelo Presidente, que informou que os mesmos estavam em um Congresso representando esta Casa Legislativa. O cerimonial convidou o Vereador Renato Gomes, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas, para assumir a presidência da Audiência. O Presidente, Renato Gomes cumprimentou a todos, mencionando que o objetivo desta reunião é escutar a opinião de todos quanto aos referidos projetos, que ocasionarão o aumento do IPTU, pois é uma questão ligada diretamente aos moradores de Sete Lagoas. Dispensou a leitura do edital desta audiência, e passou a palavra ao Senhor Mário da Secretaria da Fazenda, que informou que o Executivo trouxe a esta Casa os Projetos para serem analisados e que estão abertos a negociações, uma vez que o Executivo não quer prejudicar ninguém. O Senhor Oberdan, da Secretaria da Fazenda, disse que estão atualizando os valores que não foram atualizados desde 2006, e que a ideia é equilibrar aumentando o valor venal, pois o valor de avaliação está defasado, procurando adequar/aproximar ao preço de mercado e baixando as alíquotas para equilibrar os valores do IPTU. O Vereador Joaquim Gonzaga disse o seguinte: quando foi falado nesta Casa do Projeto de Lei nº 129/2013 e ao Projeto de Lei Complementar nº 009/2013, questionei quanto aos aumentos do IPTU e foi me dito que o IPTU desde 2005 teve o reajuste pelo IPCA amplo, que prova que não ficou parado o reajuste. Houve um reajuste anualmente. Tivemos agora um aumento desproporcional de imóveis, e o salário do brasileiro não recebeu esse aumento. Na data base do aumento salarial dos funcionários, a Prefeitura não poderia dar o reajuste devido, provando que as correções salariais são mínimas, o que não justifica este aumento exorbitante. O Vereador Marcelo citou sua preocupação quanto ao Projeto de Lei nº 129/2013 estar condicionado ao Projeto de Lei Complementar nº 009/2013. Disse que o valor venal já foi aumentado, e que o Executivo já está fazendo a cobrança. Fez os seguintes questionamentos: O Projeto de Lei nº 129 já está sendo executado. Qual a explicação do Executivo para este fato, se o Projeto de Lei ainda não foi aprovado? Como é feito o cálculo para cobrança do resíduo sólido? O Sr. Oberdan respondeu que solicitou à Secretaria do Meio Ambiente informação quanto ao que foi pago à Empresa da coleta e este foi dividido. O Vereador Marcelo informou que o valor pago à Empresa Vina esse ano foi de R\$ 1000.000,00 e que no ano que vem passará a R\$ 1600.000,00, e que antigamente era pago um valor maior, porém era coleta de lixo, limpeza, e capina. O Sr. Oberdan respondeu que quanto ao ITBI, legalmente, podemos fazer nova revisão de valores, pegando preço de mercado. Podemos utilizar preço de mercado, que é como está sendo feito a cobrança. Legalmente, podemos aplicar a tabela em cima do ITBI. O Sr. Mário informou que temos no Executivo, corretores de imóveis que fazem parte de uma Comissão, nomeada para que fizessem uma tabela em cima do preço de mercado por bairro. Essa tabela tem que ser revista todos os anos. Em cima do ITBI, estamos usando esta tabela. Disse que a Prefeitura não está cobrando IPTU ainda. Prosseguindo, o Presidente Renato Gomes pediu ao Jurídico do Executivo que fizesse uma explicação quanto aos Projetos. Dr. Magno informou que o projeto altera a planta de valores do IPTU, e que o Município não usa o contrato de compra e venda, para avaliar o imóvel e que estamos colocando a alteração da planta de valores para análise dos senhores, que será o valor venal dos imóveis. O Município pode arbitrar no valor daquele imóvel. O proprietário tem direito a defesa se não concordar com o valor cobrado, acrescentando o contrato de compra e venda. Marcelo disse que IPTU tem que levar em consideração o estado do imóvel, e que no seu entendimento, este projeto não precisaria de estar na casa. Dr. Magno disse que quanto ao contrato da Empresa de coleta de lixo, este será reajustado pelo aumento de residências na cidade, e informou que não teve conhecimento do aumento da Vina.

O Vereador Marcelo pediu ao presidente para ouvir a opinião jurídica desta casa. O Vereador Ismael disse que a Empresa Via Solo recebia R\$ 1600.000,00 e que hoje a Empresa Vina recebe R\$ 1000.000,00, sendo que a Codesel faz parte do serviço, isto quer dizer que a Vina não foi vantajosa para a cidade. A maneira de cobrança do IPTU não é adequada. Um aumento exorbitante por anos não aumentados. A cobrança fica muito alta para o contribuinte. Por que acumular tanto? Estamos tendo problemas em informar ao cidadão esta cobrança. Os valores autos do IPTU leva a inadimplência. Recebemos pessoas reclamando que estão cobrando IPTU atrasados num valor exorbitante, que eles não conseguem pagar. Imaginem agora com este aumento. A cobrança da taxa de resíduos sólidos está inadequada. Precisaríamos de um funcionário ir nos bairros para fazer a verificação das residências, pois existem residências que fazem às vezes um pequeno aumento nas mesmas, e por isso a Prefeitura aumenta sua taxa. Até agora não consegui entender qual o valor real do aumento do IPTU. O Sr. Oberdan disse que notificações são feitas pela Prefeitura, e não sabemos porque motivo os cidadãos não quitaram seus IPTU's, quando, então esta dívida cai na dívida ativa. Legalmente, temos que cobrar. Quanto a taxa de coleta, estamos fazendo um recadastramento, estamos aumentando a quantidade de imóveis cadastrados, e isto vai diminuir o valor, mas a prefeitura está defasada quanto ao nº de funcionários para atendimento aos habitantes da cidade. Estamos trabalhando com estagiários. O Presidente pediu para se atarem ao foco desta audiência, para sairmos daqui com uma solução para os PL's. O Vereador Euro mencionou que o erro vem de anos atrás. Por lei, a alteração do valor venal tem que ser aprovado, e de vários anos pra cá não tem vindo este projeto para esta casa. Tem uns 04 ou 05 anos que não vem, motivo da defasagem. Não se pode fazer um reajuste muito grande. O valor venal tem que ser corrigido por lei. Não podemos ficar só com o índice do IPCA, a alíquota tem que ser reduzida. Sugieriu para o Executivo encaminhar a esta casa um substitutivo, aumentando o valor venal, diminuindo a alíquota chegando num valor X compatível com o mercado e que seja redistribuído esse aumento durante o mandato do Prefeito Márcio Reinaldo, para que reajuste não fique muito auto de maneira que o cidadão possa pagar, pois o reajuste atual está muito acima do que o cidadão pode pagar. A Vereadora Marli fez o seguinte questionamento: Levando em consideração a cidade toda, qual será o percentual de aumento? Esta alíquota não poderá ser estipulada no período de 2014 a 2016? O Vereador Cláudio Henrique disse que o valor venal está atrasado há vários anos e tem que atualizar sim, mas se preocupa com o índice do aumento. Pagar 100, 300% de aumento, isto é inexistente. Temos que arrumar uma contraproposta, pois o Município precisa de receita. Temos que ter um denominador comum. Tem que atualizar, mas com percentual dentro da realidade de nosso País. Não adianta um aumento grande, pois as pessoas não pagarão. O Vereador Gilberto sugeriu verificar a possibilidade do reajuste entrar em vigor escalonadamente, ou seja, dividido nos próximos anos. Disse que acha necessário que o valor dos imóveis seja ajustado sim. O Presidente Renato Gomes citou que sabe que em Sete lagoas temos bairros com pessoas de condições financeiras menor e maior e da forma que o projeto veio a esta Casa, as pessoas terão de se mudarem. O Vereador Milton Martins disse que já foi comprovado que o valor venal vai incidir diretamente no valor do IPTU. Pediu que reconsiderassem o valor, mas estou preocupado com o valor venal. Sugieriu uma divulgação ampla, para que esta Casa fique menos desgastada. O valor venal não passa por esta Casa, só o índice de aumento, e aí reflete nesta Casa. Estamos tentando dar todo apoio ao Executivo, mas estamos muito preocupados. O índice de inadimplência vai aumentar ainda mais. O parcelamento vai ajudar. Temos que votar antes do final do ano. Temos que demonstrar tudo isso a população. O Vereador João Evangelista disse que precisamos de diminuir a inadimplência, e que este Projeto só vai aumentá-la. O Presidente Renato Gomes falou que com relação a planta de valor venal, os moradores ganham, porém quanto a tabela de alíquotas, ela é que vai estabelecer o aumento do IPTU. Isto quer dizer que aumento será em dobro, pois aumenta o valor venal e aumenta a alíquota. Não podemos penalizar nenhuma das classes sociais. O Vereador Douglas Melo disse que sabemos que tem que ter o reajuste venal. Sabemos que a Comissão de análise tem sua valia, mas faltou uma pessoa para analisar socialmente. Quanto a Empresa Vina é outro aumento que nos desgasta. Contas do SAAE também desgasta. Questionou se foi o corretor que fez a avaliação dos imóveis. A qualidade de vida tem que acompanhar. Não sou a favor do IPTU aumentar só pela avaliação venal, temos que avaliar o social também. Falta asfalto, água, lazer, segurança na cidade. Então como fazer o cidadão pagar o IPTU se não existe o básico na cidade para se viver. O Povo paga pelo que tem. Quando existe qualidade de vida na cidade, o povo não importa de pagar o IPTU mais alto. Não podemos garantir que com o aumento do IPTU haverá melhoria da qualidade de vida. Com esse aumento prejudicaremos o comércio de Sete Lagoas, pois ele é que mantém grande parte da população, pois o comércio vai sofrer. Precisamos de um dialogo mais amplo. Sugieriu ao executivo evitar de condicionar obras ao aumento do IPTU, pois não é aumentando o IPTU de ano a ano que haverá melhoria. O Vereador Dalton mencionou que existe uma questão legal a planta de valores venais que a prefeitura está fazendo na prática. O valor venal incide no ITBI e no IPTU. Qualquer pessoa que for no Executivo vai pagar uma taxa que não é o que a lei reza. Não podemos comparar Sete Lagoas com BH. A urbanidade da cidade não desenvolve com o IPTU. O fundamento social tem que ser pensado pelo Executivo. O Vereador Alcides disse que a administração precisa de seus meios de arrecadação. Arrecadações crescem a cada dia. Temos que buscar novos meios de arrecadação sem escalar a população. Não podemos esquecer de que muitos cidadãos ficam esperando 13º salário, ou, as vezes fazem um acerto onde trabalham para fazer melhorias nas suas residências. Dentro das propostas, o aumento de 300 ou 400 % dentro da pontuação colocada no projeto, sabemos das dificuldades do cidadão para fazer suas melhorias, e no entanto isto vai incidir no aumento do valor venal do imóvel. Estamos vivendo uma bolha imobiliária em Sete Lagoas? Crescimento desordenado, não podemos analisar. Haverá algumas deflações, mas observamos preocupação, e sugestão para que o fator social, e o valor salarial dos moradores não está sendo considerada. Devemos negociar para buscar melhor anseio da nossa população. Sugieriu que o aumento do IPTU não incidisse no valor venal e sim uma porcentagem em cima do valor do IPTU que hoje é minha realidade. Inclusão das empresas pagam ITR e porque não IPTU dentro da nossa urbanidade, para que paguem seus impostos de acordo com a nossa urbanidade. Passou, então a manifestação dos inscritos: Sr. Adelio Araújo de Faria disse que a carga tributária no País é exorbitante. Final do ano passado, a Coordenadoria de Impostos Públicos Municipal enviou ao UNIFEMM a primeira cobrança de IPTU, contrariando nossa constituição. Tivemos reunião com o Prefeito Márcio Reinaldo e chegamos a um termo que a Prefeitura não irá contrariar a Constituição Federal. Tem que haver reajuste mas de maneira equilibrada. Solicitou a Câmara que verificasse no bairro Canaan, onde em uma parte do grão do Canaan foi feito uma cobertura e foi colocado um outdoor informando

que o local seria uma área de lazer, e infelizmente, quando a obra foi concluída, os vizinhos se apossaram da região. Verifiquem esta situação, para que quem murou pague pela área. O Sr. Abdala Nacif citou que uma bolha imobiliária é um risco muito grande, pois os valores não são a realidade. o aumento das alíquotas devem chegar aos empresários. deve ter havido um impacto, quando as empresas vieram para Sete Lagoas. Deve ter havido um acordo, e talvez essa cobrança pode gerar a saída dessas empresas de Sete Lagoas. Quanto as taxas, estas estão contrariando o Código Tributário, pois taxas não podem ser divididas. Dra. Antonina lamentou o horário desta audiência, pois a população está trabalhando. Sugeriu que a Câmara elabore material escrito para distribuir a população sobre o que está acontecendo referente ao IPTU. Tenho conversado com as pessoas para informar desse aumento, e as pessoas entendem, porém pedem escalonamento. Correção tem que igual para todos. Taxa fixa para todos. As pessoas não sabem que o projeto é oriundo do Executivo, só olham que são votados aqui. Temos aqui propostas concretas, espero que seja colocado na Prefeitura. negociar emendas ou apresentação de um substitutivo. Reafirmo que audiência pública é para ouvir o povo, e este horário não é propenso a população. Sra. Rosimeire "Mazinha" disse que concorda que existe a defasagem da correção do IPTU, assim como a defasagem do salário. Escuto que não pode haver aumento do salário de uma vez, então porque não pode dividir o aumento do IPTU? Porque não podemos pegar o menor índice de correção para o IPTU igual acontece com o aumento do salário do servidor? Este aumento veio na hora errada, pois presenciamos a aprovação das leis delegadas. Porque precisamos votar com tanta pressa este projeto? Realmente se o aumento do IPTU proporcionasse melhoria na cidade, pagaríamos de bom gosto. Sugeriu a utilização do índice do IPCA para aumentar o IPTU que é o mesmo índice do aumento salarial. Sra. Monica citou a importância da politização. A população está chegando a conclusão de que precisa se manifestar. Se mostrou preocupada com a situação, porém mais tranquila por ver a preocupação também dos vereadores. Disse que vai procurar acompanhar as audiências, lembrando aos vereadores que eles são representantes do povo, e pedindo que cuidem de nós, o povo. Sr. Oberdan disse que quanto a taxa de coleta, esta é cobrada sob unidades e não de quartos, canil, galinheiro, é de acordo com unidade. O Vereador Alcides mencionou que fez um Anteprojeto de Lei para socorrer aqueles que fazem seus cômodos, ou seja, barracão para seus filhos. Como eles ficam? O Sr. Oberdan explicou que o IPTU vai incidir sob a unidade, neste caso vai incidir também no barracão. A taxa é um serviço prestado. O Vereador Euro questionou quanto aos prédios: cobra dos apartamentos e do condomínio? Sr. Oberdan disse que não, e que quanto a questão técnica das avaliações, esta é feita pela Comissão que é nomeada por Decreto, e as avaliações tem assinatura de todos os membros. Disse que o IPTU não é punição, estamos procurando equilíbrio. O Sr. Mário disse que quanto ao comércio, concorda com o Vereador Douglas. Quanto a qualidade, disse que não tinha pensado nisto e sugeriu que um membro da Câmara faça parte dessa Comissão de avaliação. Mencionou também que eles tem um quadro do ano de 2012 baseado no senso. Sete Lagoas arrecadou 13 milhões ano passado, Divinópolis 15.500 milhões, Ipatinga 30 milhões. Esses números é só para demonstrar o quanto Sete Lagoas está defasado. A correção salarial do servidor corresponde a 900 mil por mês, isto é, o dinheiro do IPTU só dá para corrigir o aumento do servidor. Isto demonstra o quanto está defasado. Informou que existe cobrança de IPTU na cidade que vai diminuir o valor. O Vereador Euro sugeriu que houvesse uma inversão da conduta para que a Câmara após reunião com os Vereadores enviasse para a Prefeitura a proposta dela quanto ao que seria o ideal de valor das alíquotas e mediante um consenso entre Câmara e Prefeitura, esta enviasse um substitutivo com a devida redução das alíquotas. O Vereador Caramelo disse que propusemos que contratasse um profissional, mas temos nossa procuradoria que junto a nossa assessoria pode fazer uma contraproposta e enviar ao executivo. O Sr. Mário informou que temos um exemplo a disposição de todos. O Vereador Caramelo questionou se existe possibilidade de acontecer anistia, e como resposta, o Sr. Mário informou que a princípio não. O Vereador Milton Martins disse que qualquer índice acima do aumento do recebido pelo servidor é preocupante. Não tenho como votar um índice acima de 5% que é o índice de aumento dos servidores. Falar em índice e não falar em valor venal também preocupa. Não posso discutir sem ter valor-base. Das ideias apresentadas, a melhor é a do Vereador Alcides. Não tem como falar em aumento se não houver anistia daquelas pendências. Quanto as cidades citadas, os salários de lá são melhores, a estrutura das cidades são melhores. O Vereador Marcelo informou que a taxa de resíduo de uma senhora aposentada, veio por 03 locais, sendo que esta Senhora tem uma filha doente para tratar, e em compensação, existem grandes Empresas na cidade que estão isentas de suas taxas. O Sr. Oberdan informou que a IVECO paga IPTU. O Vereador Douglas também mencionou que as cidades citadas jamais poderão ser comparadas a Sete Lagoas, onde naquelas cidades as questões sociais são muito melhores do que Sete Lagoas. Se acontecer das Empresas fecharem suas portas, esta Casa Legislativa será responsabilizada. O Presidente Vereador Renato Gomes pediu esclarecimento ao Dr. Magno, solicitando ao mesmo que encaminhe por escrito, o que foi solicitado com relação ao cálculo do impostos, como estão sendo cobrados, e este informou que terá que ser da Secretaria da Fazenda e o Vereador Marcelo pediu a ele que enviasse um parecer a esta Casa. O Presidente solicitou então, que cada vereador encaminhasse à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas sua proposta por escrito, para unificá-las e serem enviadas ao executivo até 6ª feira. O Vereador Caramelo perguntou qual foi o sistema utilizado pela Prefeitura para realizar a cobrança da taxa de resíduo sólido e IPTU atrasado, e foi informado que utilizam o sistema da SINTAXE atualmente, porém estamos com uma ação contra a PRESCOM que era o sistema utilizado anteriormente e foram mudados errados. O Vereador Alcides falou sobre uma média de valores de imóveis na cidade, pequeno, médio e grande para termos noção do aumento, demonstrando que dentro do apresentado é totalmente inviável. O Vereador Gonzaga disse que o objetivo é unir Câmara e Prefeitura, e que gostaria de solicitar do Procurador desta Casa que desse um parecer acerca da legalidade da cobrança desse ITBI que aqui foi demonstrado como foi realizado a cobrança. Disse que defende a proposta do Vereador Pastor Alcides. Solicitou ao Secretário da Fazenda o encaminhamento à Comissão de Fiscalização Financeira qual o percentual que poderia ser aplicado nesse IPTU. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente Vereador Renato Gomes agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos. A íntegra desta Audiência Pública encontra-se à disposição na Secretaria Especial de Comunicação desta Casa Legislativa. Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013. Jaqueline Helena Alves, Secretária Executiva, matrícula 004